



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
MOÇAMBIQUE



# 11  
2012

## Distrito de Murrupula



# RASTREANDO A DESPESA DE 2011

## Índice

I. Investimento Realizado  
pelo Governo Distrital no  
Distrito

II. Investimento Realizado  
pelo Governo Provincial /  
Central no Distrito

III. Aspectos de Controlo  
Interno na Secretária  
Distrital

Fundo de Investimento Distrital

Fundo Distrital de Desenvolvimento

Fundo de Apoio Directo às Escolas

Fundo de Estradas

Investimento Realizado pelo Governo Provincial/ Central

## DISTRITO DE MURRUPULA

O distrito de Murrupula situa-se no sudoeste da província de Nampula, com uma superfície de 3.119km<sup>2</sup> e uma densidade populacional de 140.311 habitantes (Censo 2007). O distrito está dividido em 3 postos administrativos, Murrupula, Chinga e Nihessiua.

### I. INVESTIMENTO REALIZADO PELO GOVERNO DISTRITAL

Em 2011, o distrito de Murrupula teve um orçamento de 21.048.520,00Mt para as despesas de investimento (tabela 1).

**Tabela 1.** Orçamento alocado para as despesas de investimento para o distrito de Murrupula em 2011.

Despesas de investimento	Valor alocado (Mt)
Fundo de Investimento Distrital	7.110.800,00
Fundo Distrital de Desenvolvimento	8.011.250,00
Fundo de Apoio Directo às Escolas	4.676.470,00
Fundo de Estradas	1.250.000,00
<b>Total</b>	<b>21.048.520,00</b>

Fonte: Lei n.º9/2011, de 13 de Junho - Orçamento do Estado Revisto<sup>1</sup>

### 1.1 Fundo de Investimento Distrital

Em 2011, o valor alocado para o Fundo de Investimento Distrital foi investido para as realizações que constam da tabela 2.

Tabela 2. Lista das actividades realizadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital.

<sup>1</sup> A Lei n.º 9/2011, de 13 de Junho altera os artigos 2, 3, 4, 5, 11 e 12 da Lei n.º 1/2011, de 5 de Janeiro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2011

Infra-estrutura	Valor alocado
Conclusão da Secretaria do Posto Administrativo de Murrupula-sede*	907.638,56
Construção da sede do P/A de Chinga	916.374,49
Construção de sistema de recolha e concentração de águas pluviais na residência do chefe do P/A de Nihessiue	112.546,16
Reabilitação da residência oficial do administrador	1.248.783,04
Reabilitação e remodelação do clube recreativo para sala de conferências	2.514.063,53
Reabilitação de uma residência tipo III na vila-sede	600.000,00
Reabilitação da casa de hóspedes	250.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.549.405,78</b>

Fonte: Secretaria SDPI<sup>2</sup>.

\* Liquidação de uma dívida transitada de 2010.

A diferença entre o valor disponível a partir do OE e o valor realizado pelo governo do distrito de Murrupula é de 561.394,22Mt que, segundo o Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas, não ficou disponível para o distrito apesar de ter sido alocado a partir da Lei do Orçamento do Estado revisto.

### ***Ponto de situação das actividades financiadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital de 2011***

#### ***Actividades em curso***

- Construção da sede do P/A de Chinga;
- Construção do sistema de recolha e concentração de águas pluviais na residência do chefe do P/A de Nihessiue.

<sup>2</sup> SDPI – Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas

## **Actividades concluídas**

- Conclusão da Secretaria do Posto Administrativo de Murrupula-sede;
- Reabilitação da residência oficial do administrador;
- Reabilitação e remodelação do clube recreativo para a sala de conferências;
- Reabilitação de uma residência tipo III na vila-sede;
- Reabilitação da casa de hóspedes.

Em termos de alinhamento das actividades realizadas com o PESOD, constatou-se que nenhuma actividade realizada contava do PESOD. Isto significa que em Murrupula havia, para 2011, dois planos, designadamente o PESOD que não foi realizado e o plano de investimentos acima indicado que foi realizado conforme os dados aqui apresentados. A não realização das actividades que constavam do PESOD está associada, por um lado, ao facto de em 2011 o Conselho Consultivo Distrital não ter realizado nenhuma reunião do balanço deste instrumento de planificação e orçamentação distrital e, por outro lado, ao facto de ter-se prestado mais atenção aos preparativos da visita presidencial. As actividades que constavam do PESOD são as seguintes: a manutenção de 43 km de estrada no troço que liga Cruzamento sede do Distrito/Posto Administrativo de Chinga, a manutenção de rotina em 25 km no distrito, a construção do Comando Distrital, a construção do edifício do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas e a construção das secretarias das Localidades de Nacocolo, Gazuzu e Namitotelane. Como se pode depreender, a não realização destas actividades prejudicou a população e atrasou os esforços do combate à pobreza neste Distrito.

## **Avaliação quantitativa das realizações**

Dos 7.110.800,00Mt que estavam previstos para o Fundo de Investimento Distrital, 6.549.405,78Mt foram realizados pelo governo do distrito de Murrupula, o que representa 92,11%. Os restantes 561.394,22Mt não ficaram disponíveis apesar de terem sido alocados a partir da Lei do Orçamento do Estado revisto, o que representa 7,89%. Do valor efectivamente realizado pelo governo distrital, 907.638,56Mt foram investidos na liquidação da dívida transitada do ano económico de 2010. Importa referenciar que, não foi possível fazer uma aferição minuciosa dos possíveis desvios de aplicação do FID, porque a equipa de monitoria não teve acesso aos processos de contas, alegadamente, porque encontravam-se na posse duma equipa do Tribunal Administrativo que estava no seu exercício de auditoria externa da conta do distrito do ano de 2011.

## **Avaliação qualitativa**

No geral, as obras que se beneficiaram de reabilitação e/ou construção de raiz apresentavam problemas de falta de qualidade, infiltração de águas pluviais, rachas nas paredes e no soalho, baixa qualidade de madeira e atrasos na sua conclusão. A baixa qualidade das obras pode estar associada a vários factores, dentre os quais, a destacarem-se, a falta de honestidade dos empreiteiros, adjudicação de obras aos artesãos sem muita experiência profissional, a realização dos trabalhos às pressas nas vésperas da visita presidencial, a exiguidade do fundo disponível e desembolsos tardios.

O clube recreativo, actualmente sala de sessões, embora obra recentemente reabilitada apresenta-se com problemas graves de infiltração de água das chuvas. A casa de hóspedes apresenta-se com defeitos em todas as fechaduras, pois, já não fecham, infiltração da água das chuvas na sala e tinta a descascar-se, principalmente, no rodapé já não há tinta. O sistema de recolha e concentração de águas pluviais na residência do chefe do P/A de Nihessiue para além de ter apresentado rachas no tanque cisterna, apresentou-se incompleto, pois, não dispunha de caleiras para a captação de águas pluviais.

Alias, o tanque apenas funcionou no dia da visita presidencial graças a água que foi introduzida no tanque naquele dia. A sede do Posto Administrativo de Chinga, embora obra ainda em curso já apresentava-se com madeira roída por muchém e com atraso de cerca de 4 meses. A residência oficial do administrador, apresentou-se com alguns problemas de fechaduras das portas e tranquetas das janelas, bacia lava-louça da cozinha. Importa recordar que no primeiro exercício de rastreio da despesa pública se fez menção aos problemas de infiltração das águas das chuvas verificados na residência oficial do administrador, estes problemas já foram corrigidos.



Fig. 1 . Infiltração na sala de sessões



Fig. 2 Rodapé da casa de hóspedes



Fig. 3 Madeira roída por muchém em Chinga



Fig. 4 Rachas no tanque cisterna de Chinga

Fonte: Equipa de Monitoria – 2 e 3/05/2012

### ***Ponto de situação das infraestruturas de 2010 que estavam em curso em 2011***

As actividades que se encontravam em curso no exercício de rastreio realizado em 2011 são as seguintes:

- Construção da residência do director distrital da cadeia;
- Reabilitação da residência do comandante da PRM;
- Construção de caleiras e cisternas na Residência Oficial do Administrador, Secretário Permanente Distrital e Secretaria Distrital;
- Construção da secretaria de localidade de Mulhaniua;
- Construção da secretaria do Posto administrativo de Murrupula-sede;
- Aquisição de equipamento para a sala de reuniões;
- Construção da residência do chefe do posto administrativo de Nihessiue.

O segundo exercício visitou novamente estes empreendimentos e constatou que, maior parte destes empreendimentos foram concluídos, excepto a construção da secretaria da localidade de Mulhaniua que ainda encontrava-se em curso e a construção de caleiras e cisternas na Residência Oficial do Administrador, Secretário Permanente Distrital e Secretaria Distrital que não foi realizada. Sobre o caso de construção de caleiras e cisternas foi reportado que já tinha sido encaminhado para o Tribunal Judicial, mas ainda carecia do julgamento dado que o empreiteiro encontrava-se numa parte incerta.

Em termos qualitativos verificou-se o problema de falta de qualidade, infiltração de águas pluviais, rachas nas paredes e no soalho, baixa qualidade de madeira e atrasos

na conclusão das obras. A residência do director distrital da cadeia, obra recentemente construída apresentou-se com problemas graves de infiltração de águas das chuvas, rachas nas paredes, defeitos nas fechaduras e tranquetas, daí que não fecham devidamente. A residência do chefe do Posto Administrativo de Nihessiue, embora obra recentemente concluída apresentava-se com problemas graves de infiltração das águas das chuvas em todos os compartimentos. A secretaria da localidade de Mulhaniua, apresentou-se com algumas rachas nas paredes e muito atraso na sua conclusão dado que o prazo estava previsto para 20 de Dezembro de 2010, mas até 3 de Maio de 2012 ainda não tinha sido concluída. A residência do comandante de PRM apresentou-se com alguns problemas de infiltração de água da chuva que escoa pela parede e chaminé.



Fig. 5 Infiltração na casa do director da cadeia



Fig. 6 Infiltração na casa do chefe do P/A de Nihessiue



Fig. 7 Rachas na casa do director da cadeia

Fonte: Equipa de Monitoria – 3 a 4/05/2012

## **Ponto de situação das infraestruturas que não haviam sido realizadas em 2010**

- Construção da ponte sobre o rio Lalaua;
- Construção da secretaria de localidade de Nacocolo;
- Construção da residência do chefe das operações do comando distrital.

O segundo exercício de rastreio da despesa pública procurou se inteirar novamente sobre o ponto de situação destes empreendimentos e constatou que, não foram dados seguimento apesar de que tinham cabimento orçamental em 2010, o qual foi desviado para cobrir outras despesas como ajudas de custos, bens consumíveis, combustível, entre outras, que não estavam inicialmente previstas no âmbito de gestão do Fundo de Investimento Distrital. É de frisar que, a construção da secretaria da localidade de Nacocolo é uma actividade que constou novamente do PESOD de 2011, mas mesmo assim não foi realizada.

## **Análise comparativa entre 2010 e 2011**

Não há nenhuma tendência de melhorias no desempenho do Governo Distrital de Murrupula, no âmbito da execução do FID, tendo em conta os dois anos em análise. Apesar de, em 2011, ter havido 85,71% de actividades concluídas, contra 36,36% do FID de 2010, e 14,76% de actividades em curso em 2011 contra 63,64% de 2010. Não houve melhorias no que tange aos outros factores tomados em consideração na análise. No concernente ao alinhamento das realizações com o PESOD, não houve nenhuma melhoria, dado que em 2011, nenhuma actividade realizada constava do PESOD contra 92,31% das actividades em 2010.

Em termos de qualidade das realizações levadas a cabo no âmbito do FID verificou-se o problema de falta de qualidade, rachas nas paredes e no soalho, infiltração de água das chuvas e atraso na sua conclusão. No que diz respeito aos desvios de aplicação do FID, a equipa teve algumas limitações em fazer uma aferição minuciosa dado que não teve acesso aos processos de contas de 2011, alegadamente porque estavam com uma equipa do Tribunal Administrativo para sua verificação em termos de validade fiscal. Todavia, importa recordar que, durante o exercício de verificação dos processos de contas de 2010 detectou-se que 246.032,00Mt do FID 2010 haviam sido desviados para cobrir despesas de consumíveis e de funcionamento da Secretaria Distrital como cópias, ajudas de custos, combustível, entre outras despesas que haviam sido reportadas realizadas no pagamento aos empreiteiros.

## 1.2 Fundo Distrital de Desenvolvimento

Em 2011, Murrupula teve um orçamento de 8.011.250,00Mt para financiar projectos de geração de rendimento, produção de comida e fomento pecuário. Todo o valor ficou disponível ao governo distrital e foi financiado aos projectos distribuídos pelos 3 postos administrativos, Murrupula-sede no valor de 4.504.510,00Mt o que representa 56,23%; Chinga no valor de 1.506.744,01Mt o que representa 18,81% e Nihessiue no valor de 1.999.988,00Mt o que representa 24,96%. Geograficamente, o fundo foi distribuído pelas seguintes localidades:

Posto Administrativo	Localidade	Valor alocado (Mt)	Valor alocado (%)
Murrupula-sede	Murrupula—sede	3.504.510,00	43,74
	Namitotelane	500.000,00	6,24
	Gazuzu	500.000,00	6,24
Chinga	Chinga-sede	1.006.732,01	12,57
	Namilasse	500.000,00	6,24
Nihessiue	Nihessiue-sede	1.000.000,00	12,48
	Mulhaniua	500.000,00	6,24
	Nacocolo	500.000,00	6,24
<b>Total</b>		<b>8011242.01</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria Distrital

Dos 122 projectos aprovados e financiados, 63 são de produção de comida, o que representa 51,64% e 59 são de geração de rendimento e emprego, o que representa 48,36%. Em termos financeiros, dos 8.011.124,01Mt financiados aos projectos, 4.195.510,00Mt foram para produção de comida, o que representa 52,37% e 3.815.732,01Mt foram para geração de rendimento e emprego, o que representa 47,63%. Do total dos projectos aprovados, 20 beneficiaram mulheres, o que representa 16,39% e 102 beneficiaram homens, o que representa 83,61%. Financeiramente, do valor financiado aos projectos apenas 1.540.510,00Mt beneficiou as mulheres, o que representa 19,23% e 6.470.732,01Mt, o que representa 80,77%.

Do trabalho de campo realizado no âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), verificou-se que: i) *Todos os processos dos mutuários tinham contratos contendo como anexos os projectos desenhados pelos mutuários. Porém, nenhum dos contratos estava*

*carimbado nem possuía a assinatura do Presidente do Conselho Consultivo Distrital, pelo que há dúvidas sobre a sua validade; ii) Dos 122 contratos verificados, 5 não possuíam nenhuma assinatura, daí não estar claro se os mutuários visados têm o conhecimento da existência destes documentos ou não iii) No contrato faz-se menção ao anexo do plano de amortização, mas em nenhum processo foi verificada a existência deste documento. Por essa razão não há clareza sobre o valor que o mutuário deve amortizar em cada prestação nem sobre o período para a amortização do valor financiado; iv) Há um contrato dum mutuário que não sabe assinar, o qual usou a sua impressão digital, mas adicionalmente alguém passou a assinar por cima da impressão digital e com o nome do mutuário referenciado, o que suscitou dúvidas por um lado em termos da legalidade do processo e por outro lado se o mesmo assinante não terá assinado vários outros contratos dos mutuários; v) Há desequilíbrio de género na medida em que apenas 16,39% dos projectos financiados beneficiaram mulheres; vi) Dos contratos verificados, 28 não têm validade. Daí não estar clara a sua duração; vii) Dos contratos, verificados 7 não tinham a taxa de juros prevista. Daí não estar claro o valor total a ser devolvido pelo mutuário; viii) Não há distribuição equitativa do financiamento pelas localidades dado que 43,75% do fundo foi financiado aos projectos da localidade de Murrupula-sede; ix) Há falta de observância rigorosa aos limites estabelecidos no guião de gestão de FDD, pois, há projectos financiados com valores superiores aos recomendados.*

A título de exemplos, os projectos de comércio localizados em Murrupula e Namacure financiados com 200.000,00Mt e 150.000,00Mt, respectivamente beneficiaram a singulares, mas mesmo assim foram ultrapassados os 100.000,00Mt fixados para este tipo de projectos. Em contrapartida, há projectos de agricultura pertencentes a associações que solicitaram 450.000,00Mt, mas só receberam 70.000,00Mt. Um dos contratos dos projectos de comércio na localidade de Nihessive-sede financiado com 40.000,00Mt apresentou tanto a impressão digital do mutuário tanto a assinatura dum outra pessoa que assinou colocando o nome do mutuário visado. Os contratos dos projectos de comércio em Murrupula-sede financiado com 50.000,00mt e em Nacocolo financiado com 40.000,00Mt não tinham nenhuma assinatura. O problema de contratos sem assinaturas verificou-se igualmente nos processos dos projectos de agricultura, dois financiados com 70.000,00Mt cada em Murrupula-sede e financiado com 80.000,00Mt em Chinga.

## **Análise comparativa do FDD 2010 e 2011**

Em termos comparativos, verifica-se que não houve melhorias na gestão do FDD nos dois anos em análise, pois persistem casos de existência de contratos não devidamente

assinados e nem carimbados. No que diz respeito à observância do equilíbrio de género, persiste o problema do desequilíbrio, na medida em que 83,61% dos projectos, aprovados e financiados em 2011, beneficiaram homens contra 79,87% em 2010.

No que diz respeito à distribuição do financiamento pelos postos administrativos, persiste a concentração de maior financiamento no posto-sede na ordem 56,23% em 2011 contra 60,03% em 2010. Em termos de distribuição do financiamento pelos tipos de projectos (produção de comida, geração de rendimento, emprego e fomento pecuário), verificou-se uma adesão aos projectos de produção de comida, pois, 51,64% dos projectos, aprovados e financiados em 2011, foram para produção de comida contra 49,06% em 2010. É de salientar que, em 2010 verificaram-se casos de projectos que beneficiaram os funcionários públicos que podem através de outros meios ter acesso ao crédito bancário, o que não foi verificado neste segundo exercício.

---

## Atenção Ministério da Educação

### Apoio Directo às Escolas (ADE)

Em 2011, o distrito de Murrupula recebeu um total de 4.676.470,00Mt para o Apoio Directo às Escolas – ADE, sendo 2.574.300,00Mt na 14ª fase e 2.102.170,00Mt na 15ª fase. A utilização deste fundo obedece duas modalidades, nomeadamente, a aquisição baseada na lista do material elegível definido pelo MINED e a aquisição livre ou ao critério da escola (15%). O material elegível consta nos formulários de registo da despesa, designadamente a carta de autorização; nota de encomenda; nota de detalhe da despesa e manual de procedimentos e autoriza-se o uso de 10% na produção escolar e 10% na aquisição de material eléctrico e de construção para pequenos reparos.

O primeiro exercício de rastreio da despesa pública realizado em 2011, baseou-se especificamente na verificação do cumprimento das regras de utilização deste fundo plasmadas nos manuais de procedimentos. O segundo exercício, aferiu a transparência no processo de gestão do fundo, incluindo o nível de satisfação das escolas com a implementação deste programa e o nível de participação das comunidades do processo.

O trabalho de campo visitou 10 escolas e foi possível ter acesso aos processos de ADE em apenas 5 escolas. Nas restantes escolas ninguém estava presente por ter coincido com a semana do dia 1º de Maio e como de costume os directores das escolas situadas nas zonas mais recônditas têm usado toda a semana para a interrupção das aulas. Nas 5 escolas rastreadas constatou-se o seguinte: i) *Todos os directores referiram que tinham comissões de compra e de aquisição devidamente montadas;* ii) *Apesar de todas escolas*

terem afirmado que realizavam encontros de divulgação do ADE, apenas uma escola apresentou acta que confirmava a realização desses encontros. As restantes escolas não apresentaram nenhum documento; iii) Nenhuma escola apresentava o mapa de detalhe das despesas realizadas com os 15% ao critério das escolas; iv) Duas escolas investiam mais de 15% na aquisição do material ao critério das escolas, ultrapassando o limite fixado pelo MINED; v) Apenas 1 escola possuía listas de distribuição do material aos alunos. Porém as mesmas não devidamente quantificadas e assinadas. As restantes não possuíam nada apesar de terem confirmado que haviam distribuído o material aos alunos; vi) Todos os directores visitados referiram terem sido orientados a usar parte dos 15% na aquisição da bandeira nacional e/ou uniformes para os professores e isso criou transtornos nos planos internos traçados pelas escolas; vii) Das escolas visitadas, 2 não apresentavam nenhum justificativo referente as duas fases em análise apesar de terem confirmado o recebimento do valor alegadamente porque os documentos encontravam-se no SDEJT<sup>3</sup> para a verificação da sua validade em termos fiscais<sup>4</sup> e viii) Apenas 2 das escolas visitadas afirmaram que fixavam em local de acesso público o valor recebido. As restantes não afixavam o valor recebido nem a relação do material comprado com o valor alocado violando desta forma, a recomendação do MINED<sup>5</sup>.

A título de exemplos, as escolas EPC de Pires, EPC de Natar, EP1 de Namijuri, EPC de Chinga-sede e EP1 de Mutepuehi foram visitadas em tempo lectivo, mas ninguém se encontrava naquelas instituições de ensino. Os directores das escolas EP1 de Martelo e EPC de Mulio não tinham nenhum justificativo na sua posse. As escolas EPCs de Halaca e Muchelelene investiram 30,6% e 35%, respectivamente, na aquisição do material ao critério da escola. As escolas EPCs de Nacocolo, Halaca e Muchelelene não possuíam actas da divulgação do ADE.

No concernente à satisfação das escolas com a implementação do programa ADE, todos os directores visitados referiram que, apesar do Fundo ajudar positivamente na melhoria da qualidade do ensino, o material comprado não satisfaz cabalmente as necessidades para o funcionamento efectivo das escolas, na medida em que, para além de ser exíguo, 85% do Fundo deve ser investidos na aquisição do material definido pelo

---

3 SDEJT - Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia

4 O manual de procedimentos do programa ADE elaborado pelo MINED, capítulo que aborda sobre a prestação de contas referencia que “As escolas antes de enviar o processo de justificação dos fundos aos SDEJT devem tirar uma cópia para constar nos seus arquivos”.

5 O MINED recomenda às escolas que afixem nas vitrinas, salas de professores, bibliotecas e/ou noutros locais de acordo com as condições da escola, o valor recebido pela escola, a relação do material adquirido pela escola, os mapas de distribuição do material, entre outras informações.

MINED, deixando apenas 15% para a aquisição livre da escola<sup>6</sup> e mesmo assim o SDEJT orienta as escolas a usar parte dos 15% na compra de uniformes para os professores, bem como na aquisição da bandeira nacional. No entender de muitos directores, esta percentagem devia ser elevada, pelo menos, para 20% a 30% e o material comprado ser definido pelas respectivas escolas. Ainda no âmbito da satisfação das escolas com a implementação do programa ADE, os coordenadores da ZIP queixaram-se da exiguidade do fundo alocado para as visitas às escolas pertencentes as suas zonas de influência pedagógica dado que em muitos casos verificados usam parte dos seus salários para custear estas despesas.

## *Atenção Ministério das Obras Públicas e Habitação*

### Fundo de Estradas

Em 2011, o distrito de Murrupula recebeu um total 1.250.000,00Mt para trabalhos de reabilitação, manutenção de rotina e/ou melhoramentos localizados de estradas. Este valor foi investido no melhoramento da via de acesso no troço que liga Cruzamento 680 Nathepo/Sede da Localidade de Mulhaniua numa extensão de 22Km.

O trabalho de campo constatou que, os trabalhos de melhoramento da via de acesso naquele troço foram realizados e concluídos. Todavia o troço já se encontrava novamente com buracos. As chuvas foram apontadas como o motivo para o ressurgimento dos buracos. A equipa de rastreio constatou que o rápido ressurgimento dos buracos está associado por um lado ao facto dos trabalhos terem sido realizados às pressas nas vésperas da visita presidencial e por outro lado a falta de observância da Lei de Procurement.

Na prática, do valor realizado apenas 538.959,00Mt foram justificados através do documento contractual celebrado com o empreiteiro. O remanescente foi realizado sem nenhum contrato celebrado. Alegadamente, porque tratou-se de uma adjudicação directa, o que de certa forma viola o pasmado no Decreto 15/2010, de 24 de Maio que regula a contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços do Estado.

<sup>6</sup> Os 15% são, na maioria dos casos, investidos na aquisição de chapas de zinco para a cobertura das salas de aulas e algumas residências dos professores.

## Reacção do Governo Distrital às Constatções da equipa de rastreio

Reagindo às constatações apresentadas pela equipa que esteve no campo, o Sr. António Lucas Somo, secretário permanente distrital referiu que o trabalho de rastreio da despesa pública ajudava o distrito a melhorar o seu desempenho. Todavia, o trabalho de campo coincidiu com a visita do Tribunal Administrativo. Comentando sobre a qualidade das obras construídas disse que as constatações apresentadas eram verídicas e resultavam da falta de honestidade dos empreiteiros. Daí que nos distritos já se começou com o processo de comunicação entre as secretarias distritais, sobre o desempenho dos empreiteiros alvos de serem adjudicados as obras antes da assinatura dos contratos e todos os que tiverem alguns casos pendentes noutros distritos não serão adjudicados obras. Debruçando-se sobre o Fundo Distrital de Desenvolvimento - FDD disse que a questão de desequilíbrio de género estava associada ao facto de o número dos projectos submetidos pelas mulheres ser menor porque depende das propostas feitas por elas. No que diz respeito à falta de alinhamento das actividades com o PESOD disse estar associado com a situação real no momento da implementação das actividades.

*“... No ano passado, todas as actividades realizadas não constavam do PESOD. Isso acontece frequentemente nos distritos que recebem sua Excia Presidente da República. No ano passado o distrito recebeu a visita presidencial e tinha que se fazer tudo nos locais onde queria chegar sua Excelência. Esta visita não estava prevista nos nossos planos, mas tivemos que cumprir. O PESOD surge do nosso plano estratégico e serve de guia para a operacionalização das actividades a serem levadas a cabo, mas no ano passado tivemos constrangimentos em cumprir as actividades que constavam do PESOD porque estivemos mais voltados para as actividades dos locais por onde a Sua Excia o Presidente da República pretendia passar” disse.*

O Director do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas, o Sr. Domingos Juma, na sua intervenção, também confirmou que o PESOD não foi cumprido devido a visita presidencial. Comentando sobre o Fundo de Investimento Distrital disse que a falta de qualidade verificada nas obras estava associada a falta de honestidade de empreiteiros e exiguidade do fundo que fica disponível para o distrito.

*“... A secretaria da localidade de Mulhaniua é uma obra de 2010, mas ainda não foi concluída porque durante a sua execução detectamos alguns defeitos de rachas e fissuras que o empreiteiro devia rectificar. Este é um caso que está na procuradoria. O trabalho de construção de caleiras e cisternas já é sabido pela Direcção Provincial das Obras Públicas e Habitação, mas o empreiteiro sumiu. Os problemas identificados na residência do chefe do Posto Administrativo de Nihessiue já foram reportados ao empreiteiro para rectificar. A falta de caleiras na residência de Nihessiue deveu-se a*

*insuficiência de fundos porque o dinheiro que tínhamos só dava para fazer aqueles trabalhos, embora incompletos” explicou.*

Comentando sobre os furos de água, disse que o problema principal resultou da comunicação entre o distrito e a província.

*“... Inicialmente, nós recebemos a comunicação que dizia que não estávamos contemplados na abertura de novos furos de água, mas mais tarde comunicaram-nos que estávamos contemplados e isso nos criou transtornos. Mesmo estes 6 furos foram abertos no ano passado, mas foram equipadas com bombas em Março deste ano” disse.*

No que diz respeito às salas de aulas, explicou que a baixa qualidade das obras resulta do facto de o distrito não estar muito a par das obras adjudicadas a partir da província, falta de fiscalização das obras por parte do distrito, falta de aplicação do tratamento adequado para o armazenamento da madeira, fraca articulação entre os empreiteiros que são adjudicados obras a partir da província com o distrito. Neste âmbito admitiu que as fundações das salas foram feitas sem a qualidade desejada porque não houve nenhum trabalho de fiscalização daquelas obras. Ainda neste contexto disse que os atrasos verificados nas obras estavam associados a falta de material de construção e a falta de pagamento dos salários aos trabalhadores. Falando sobre os problemas identificados na Escola Profissional disse que os mesmos já haviam sido reportados a província, mas o grande constrangimento é que os financiadores foram ao mesmo tempo os executores das obras.

Para terminar, comentando sobre as estradas disse, nas vésperas da visita presidencial foram realizados alguns trabalhos intensivos usando-se a mão-de-obra local, daí que não houve contratos celebrados com os trabalhadores. Mas após a visita, os trabalhos realizados foram adjudicados a um empreiteiro com o qual celebrou-se um contrato. Quanto à baixa qualidade dos trabalhos realizados na via que teve intervenção mencionou dois factores principais, as chuvas e a rapidez com que foram realizados os trabalhos.

O Director do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, o Sr. Alfredo Salimo, na sua intervenção, confirmou que as escolas foram orientadas a comprar uniformes e bandeira nacional em 2011.

*“...A recomendação do MINED é de que as escolas devem comprar batas, mas como as escolas não produzem nenhum dinheiro dado que não se cobra nada pelas matrículas orientamos a usarem parte dos 15% do ADE. No ano passado recebemos vistas presidencial e do governador daí que usamos o nosso pouco dinheiro na melhoria de*

algumas infraestruturas das escolas por onde as visitas queriam passar. Nós orientamos as escolas a comprar a bandeira porque é um símbolo nacional, mas podiam ter comprado com o valor da produção escolar” explicou.

Par terminar, o Director do Serviço Distrital de Actividades Económicas, o Sr. Cândido Alude, disse que o facto de ter - se financiado a alguns mutuários do FDD com valores aquém do recomendado derivava da falta de informação sobre os procedimentos por parte do governo distrital. Ainda neste diapasão disse que a vila-sede beneficiava de mais financiamento porque possui maior número de habitantes.

## II. INVESTIMENTO REALIZADO PELO GOVERNO PROVINCIAL/CENTRAL NO DISTRITO

No primeiro exercício de rastreio da despesa pública, fez-se menção a falta de clareza sobre os investimentos realizados pelo governo provincial/central dado o facto de todos serem canalizados para os distritos por via do governo provincial. Foi neste contexto, que neste segundo exercício, optou-se por juntar as realizações levadas a cabo por estes dois níveis governamentais.

Infraestrutura	Valor Alocado
Construção de 30 salas de aulas <sup>7</sup>	
Abertura de 50 furos de Água	
<b>Total</b>	

Fonte: Secretaria Provincial e SDPI

### Ponto de situação dos empreendimentos referenciados na tabela acima

#### Actividades concluídas

- Abertura de 6 furos de água.

#### Actividades em curso

- Abertura de 44 furos de água;

<sup>7</sup> As salas foram construídas nos seguintes locais: EPC anexa ao Centro de Formação Profissional (5), EPC de Chinga (5), EPC de Mulio (5), EPC de Halaca (5), EPC de Pires (5) e Vila-sede depois do Centro de Saúde (5).

- Construção de 30 salas de aulas.

Os 6 furos de água recentemente abertos encontravam-se operacionais. Todavia, importa referir que foi muito difícil localizar estes furos porque mesmo os técnicos do SDPI não sabiam no concreto onde estavam localizados. Aliás, a informação fornecida pelo SDPI fazia menção a construção de 5 furos no Posto Administrativo de Nihessiue, mas chegado ao terreno a equipa constatou que os furos que haviam sido abertos naquele posto administrativo eram pertencentes à Visão Mundial.

Neste diapasão foi preciso contactar o empreiteiro para esclarecimentos e este forneceu informação completamente contrária, pois referiu-se a construção de 6 furos localizados no Posto Administrativo de Murrupula-sede nos seguintes locais: EPC de Muchelelene (1), EPC Martelo (1), Nahage II (2), Nacuculo (1) e Chilapane II (1). A inconsistência da informação deriva do facto de haver falta de comunicação harmoniosa entre a província e o distrito no processo da realização das actividades.

Daí que em muitos casos verificados, os empreiteiros contratados a partir da província não se apresentam nas estruturas locais e quando o fazem é quando não conhecem concretamente o local da intervenção. O que diz respeito a qualidade da água, todos tiram água de boa qualidade, excepto um dos furos de Nahage II que tirava água salubre e turva. Portanto imprópria para o consumo humano.

No que diz respeito às salas de aulas, o trabalho de campo constatou que: i) Há atrasos na sua conclusão pois deviam ter sido concluídas em Janeiro de 2012, mas até 3 de Maio de 2012, data em que decorreu o trabalho de campo algumas das salas encontravam-se ainda sem cobertura. O atraso dos trabalhos está associado, por um lado, a paralisações constantes verificadas por falta de material de construção e, por outro lado, a adjudicação de todas as obras de construção das salas ao mesmo empreiteiro sem capacidade para realizar todos os trabalhos em tempo útil. Em termos qualitativos, todas as salas encontravam-se com problemas de rachas nas paredes, no soalho e madeira roída por muchém. A madeira para cobertura encontrava-se

danificada por muchém porque passa muito tempo armazenada no chão sem as devidas condições para o efeito, daí que com a humidade é facilmente atacada por muchém.

Informação recolhida no terreno reporta que no passado este empreiteiro já foi adjudicado outras obras de construção de salas de aulas, especificamente, nas escolas EP1 de Namijuri e EPC de Namijine, mas que abandonou-as antes da sua conclusão. No entanto, ao espanto de todos é quem continua a ganhar todas obras de construção de salas de aulas. Ainda no terreno foi referenciado que o empreiteiro nunca se fez presente para acompanhar de perto os trabalhos que estão a ser realizados, deixando toda a responsabilidade com o delegado, o que de certa forma contribui significativamente para a baixa qualidade das obras.



Fig. 8. Racha no soalho duma das da salas



Fig. 9. Racha na parede duma das salas

Fonte: Equipa de Monitoria – 02/05/2012

### ***Ponto de situação das 8 salas que se encontravam em curso em 2010***

No primeiro exercício de rastreio da despesa pública se fez menção à construção de 8 salas na Escola Profissional de Murrupula como obras em curso. O segundo exercício visitou novamente esta escola e constatou que os trabalhos já foram concluídos.

Em termos qualitativos, embora obras recentemente construídas, apresentaram-se com problemas de falta de qualidade. As salas apresentaram-se com problemas graves de rachas nas paredes e tinta a descascar-se. O rodapé quase que já caiu! Uma das salas apresentou problema de infiltração de água das chuvas.



Fig. 10 Racha na parede



Fig. 11 Infiltração de água da chuva



Fig. 12 Rodapé a cair.

Fonte: Equipa de Monitoria – 03/05/2012

### III. Aspectos de Controlo Interno na Secretaria Distrital

O conselho consultivo distrital de Murrupula é composto por 50 membros representantes de todas as localidades. Destes, 35 são homens e 15 são mulheres. Em 2011, o CCD reuniu-se 2 vezes em sessão ordinária e 1 vez em sessão extraordinária. O Governo distrital justificou através de actas produzidas a realização das duas sessões ordinárias. Porém não apresentou nenhum documento comprovativo que justificava a realização da sessão extraordinária. Em 2011, o Conselho Consultivo Distrital não realizou nenhuma reunião do Balanço do PESOD tanto para o primeiro semestre quanto anual. O que sugere que este órgão não está informado sobre o ponto de situação da realização das actividades por si aprovadas.

Em 2011, o governo do distrito de Murrupula foi inspeccionado 3 vezes pelas seguintes instituições: Inspeção Regional das Obras Públicas; Inspeção da Secretaria Provincial e Direcção Provincial de Planos e Finanças. No que concerne às obras públicas foram preparados 8 contratos sendo, 7 na área de obras públicas e 1 na área de estradas. Os 7 contratos preparados em edifícios foram enviados ao Tribunal Administrativo e todos foram devolvidos porque estavam triplicados. O contrato de estradas não foi enviado ao Tribunal Administrativo. A conta de gerência do exercício do ano económico de 2011 ainda não tinha sido enviada ao Tribunal Administrativo até ao dia 03 de Maio de 2012, alegadamente porque ainda encontrava-se no processo de elaboração. É de recordar que, o prazo para o envio deste documento era de 31 de Março de 2012.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

*CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY*

Boa Governação-Transparência

Integridade

*Good Governance-Transparency-Integrity*

Rua da Frente de Libertação de Moçambique, n. 354

Tel: (+258) 21 492335

Fax: (+258) 21 492340

Mobile: (+258) 82 30 16 391

Caixa Postal: 3266

Email: [cip@cip.org.mz](mailto:cip@cip.org.mz)

[www.cip.org.mz](http://www.cip.org.mz)

Maputo-Moçambique



NAMPULA

Instituto para Cidadania e Desenvolvimento Sustentável

Avenida das FPLM, nº 59

Fax: 26213513

Cidade de Nampula

Nampula - Moçambique



**FICHA TÉCNICA:**

**Título:** Rastreado a despesa de 2011 - Murrupula

**Série:** 11/15

**Autores:** CIP e Instituto para Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – Facilidade ICDS

**Revisão Linguística:** Machado da Graça

**Design e Layout:** éDesign

Maputo, Maio de 2012